



ATA DE CORREIÇÃO ORDINÁRIA

2ª VARA DO TRABALHO DE JUNDIAÍ - 0021

[A partir de 3001 processos]

Entre os dias 17 e 20 do mês de abril de 2017, o Excelentíssimo Senhor Desembargador do Trabalho **SAMUEL HUGO LIMA**, Corregedor Regional, em cumprimento ao inciso II do artigo 29 do Regimento Interno presidiu a Correição Ordinária na Unidade, conforme Edital CR nº 02/2017, divulgado em 02/02/2017 no DEJT (Edição 2161/2017 – Caderno do TRT da 15ª Região – página 287). Presentes a Juíza Titular EDNA PEDROSO ROMANINI, embora em férias, e a Juíza Substituta Auxiliar Fixa RENATA MENDES CARDOSO CASTRO PEREIRA. Com base nas informações prestadas pela Vara do Trabalho e nos dados dos sistemas processuais, apurou-se, no período correicionado, o seguinte:

Equipe de Correição:	Ayrton Rocha, Luís Cláudio da Silva, Suely Suzuki
Jurisdição Atendida:	ITUPEVA, LOUVEIRA, VINHEDO, JUNDIAÍ
Lei de Criação:	6.563/78
Data de Instalação:	13/02/1979
Data de Instalação do PJE:	11/06/2014
Data da Última Correição:	18/04/2016
Acervo Físico/Acervo Total:	33 %
Acervo PJe/Acervo Total:	67 %



PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA DO TRABALHO
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 15ª REGIÃO
CORREGEDORIA REGIONAL



1 - TITULARIDADE:

(fonte: e-Correição Adm e Assessoria de Apoio aos Magistrados)

JUIZ TITULAR	TITULAR DESDE
EDNA PEDROSO ROMANINI	06/02/2015

Afastamentos:

PERÍODO	MOTIVO
14/03/2016 a 12/04/2016	FERIAS
19/09/2016 a 18/10/2016	FERIAS
19/10/2016 a 17/11/2016	FERIAS



2 - JUIZES AUXILIARES E SUBSTITUTOS [01/04/2016 a 03/04/2017]:

(fonte: e-Correição Adm e Assessoria de Apoio aos Magistrados)

NOME	PERÍODO
CAMILA XIMENES COIMBRA	14/03/2016 a 12/04/2016
CAMILA XIMENES COIMBRA	13/04/2016 a 15/05/2016
CAMILA XIMENES COIMBRA	15/06/2016 a 18/09/2016
CAMILA XIMENES COIMBRA	19/10/2016 a 19/12/2016

Afastamentos: Não houve

NOME	PERÍODO
CRISTIANE HELENA PONTES	13/03/2017 a 04/04/2017

Afastamentos: Não houve

NOME	PERÍODO
ERIKA DE FRANCESCHI	30/05/2016 a 14/06/2016

Afastamentos: Não houve

NOME	PERÍODO
GUSTAVO TRIANDAFELIDES BALTHAZAR	19/09/2016 a 18/10/2016

Afastamentos: Não houve

NOME	PERÍODO
RENATA MENDES CARDOSO DE CASTRO PEREIRA	07/01/2016 a 19/12/2016
RENATA MENDES CARDOSO DE CASTRO PEREIRA	07/01/2017 a 04/04/2017

Afastamentos:

PERÍODO	MOTIVO
14/03/2016 a 12/04/2016	FERIAS
13/04/2016 a 10/08/2016	LICENCA A GESTANTE
11/08/2016 a 09/10/2016	PRORROGACAO LICENCA GESTANTE
10/10/2016 a 08/12/2016	FERIAS
13/03/2017 a 04/04/2017	FERIAS



3 - INFORMAÇÕES FUNCIONAIS

3.1 - Lotação [28/02/2017]:

(fonte: e-Correição Adm e Coordenadoria de Provimento e Vacância)

NOME	CARGO	FUNÇÃO COMISSIONADA	EXERCÍCIO NA LOTAÇÃO
ANDRE LUIZ MADARO VIEIRA	TJA	FC-04 CALCULISTA	10/02/2014
BETANEA FAVARETTO	TJA	FC-02 ASSISTENTE	01/02/2017
CELSO DE OLIVEIRA SILVA	TJA	-	01/05/2013
CLAUDIA REGINA PACHECO DO NASCIMENTO	AJJ	CJ-03 DIRETOR DE SECRETARIA DE VT	12/07/2005
DEBORA OLIVEIRA DIAS DE CARVALHO	TJA	-	18/09/2015
EDUARDO MEIRA CAMPOS	TJA	FC-05 ASSISTENTE DE JUIZ	17/08/2015
ELIANE ROCCO DE CASTILHO	TJA	FC-02 ASSISTENTE	01/09/2014
FLAVIA MAZZOLA RIVELLI	TJA	FC-04 SECRETARIO DE AUDIENCIA	22/02/2012
IVANA MAGALI RAMOS SMANIOTTO	AJJ	FC-05 ASSISTENTE DE JUIZ	21/11/2005
JULIANA RODRIGUES LAMEIRA BELCHIOR	TJA	-	21/07/2014
LILIAN GHELFI CAMPOS SOARES	REQ	FC-01 EXECUTANTE	11/11/2014
MARCEL KLEBER MARINHO	TJA	FC-02 ASSISTENTE	30/11/2011
MARCELO FALSARELLA	TJA	-	25/07/2014
MARINA FERNANDES DE PAULA MOURA	TJA	-	02/10/2014
SUELI MARIA BRUNELLI POZZANI	TJA	FC-05 ASSISTENTE DE DIRETOR DE SECRETARIA	25/03/1991
TATIANA FRANCATTO ASSUNCAO BINELLI ELIAS	AJJ	FC-05 ASSISTENTE DE JUIZ	06/02/2015
VANESSA CRISTINA SANTOS BOLLA	REQ	FC-01 EXECUTANTE	17/05/2016
TOTAL DE SERVIDORES DO QUADRO			15
TOTAL DE SERVIDORES EXTRA-QUADRO			2
LOTAÇÃO DE ACORDO COM A RESOLUÇÃO Nº 63 DO CSJT			19-20



3 - INFORMAÇÕES FUNCIONAIS

3.2 - Ausências, exceto férias [04/2016 a 02/2017]:

(fonte: e-Correição Adm e Coordenadoria de Provisamento e Vacância)

MOTIVO	DIAS
COMPENSAÇÃO DE DIAS TRABALHADOS EM PLANTÃO JUDICIÁRIO	1
LICENÇA À GESTANTE	45
LICENÇA PARA TRATAMENTO DA PRÓPRIA SAÚDE	49
LICENÇA PARA TRATAMENTO DE PESSOA DA FAMÍLIA	4
PARTICIPAÇÃO EM CURSO MINISTRADO PELO TRT	2
PRORROGAÇÃO DE LICENÇA À GESTANTE	60
TOTAL	161



3 - INFORMAÇÕES FUNCIONAIS

3.3 - Estagiários [28/02/2017]:

(fonte: e-Correição Adm e Área de Controle de Estágio e Voluntariado)

NOME	ÓRGÃO CONVENIADO	INÍCIO DO ESTÁGIO
ANNA LUZ QUIROZ DAMIANOF	CENTRO DE INTEGRAÇÃO EMPRESA ESCOLA	16/02/2017
VINICIUS GABRIEL PIMENTA	CENTRO DE INTEGRAÇÃO EMPRESA ESCOLA	16/02/2016



3 - INFORMAÇÕES FUNCIONAIS

3.4 - Ações de capacitação [28/02/2017]:

(fonte: e-Correição Adm e Escola Judicial)

JUIZES	HORAS
CAMILA XIMENES COIMBRA	25
EDNA PEDROSO ROMANINI	26

SERVIDORES	HORAS
ANDRE LUIZ MADARO VIEIRA	120
CLAUDIA REGINA PACHECO DO NASCIMENTO	22
DEBORA OLIVEIRA DIAS DE CARVALHO	50
EDUARDO MEIRA CAMPOS	50
FLAVIA MAZZOLA RIVELLI	40
JULIANA RODRIGUES LAMEIRA BELCHIOR	40
SUELI MARIA BRUNELLI POZZANI	40
TATIANA FRANCATTO ASSUNCAO BINELLI ELIAS	110
VANESSA CRISTINA SANTOS BOLLA	30



4 - QUADRO SINTÉTICO - FASES PROCESSUAIS [04/2016 a 02/2017]:

(fonte: e-Gestão)

FASE	SITUAÇÃO	QTDE	MÉD. GRP	MÉD. FRM
CONHECIMENTO	Aguardando primeira audiência	3.805	2.341	3.410
	Aguardando encerramento da instrução	1.699	1.208	1.337
	Aguardando prolação de sentença	120	195	175
	Aguardando cumprimento de acordo	478	424	375
	Solucionados pendentes de finalização na fase	7.523	5.873	6.845
	Pendentes de finalização		8.308	6.071
LIQUIDAÇÃO	Pendentes de homologação dos cálculos	796	627	650
	Liquidados pendentes de finalização na fase	1.060	735	806
	Pendentes de finalização	1.362	1.094	1.122
EXECUÇÃO	Pendente de extinção da execução	2.257	1.431	1.636
	Encerrados pendentes de finalização na fase	869	773	574
	Pendentes de finalização	2.454	1.597	1.746
ARQUIVO	Saldo de processos no arquivo provisório Liquidação	0	0	0
	Saldo de processos no arquivo provisório Execução	10	86	3
TOTAL		12.134	8.848	10.176



5 - INCIDENTES PROCESSUAIS [04/2016 a 02/2017]:

(fonte: e-Gestão)

TIPO	NOVOS	RESOLVIDOS	PENDENTES
Embargos de declaração	415	308	207
Exceções de Incompetência	39	26	27
Antecipações de Tutela	455	458	80
Impugnações à Sentença de Liquidação	38	11	44
Embargos à Execução	147	67	183
Embargos à Arrematação	2	0	2
Embargos à Adjudicação	1	1	0
Exceções de Pré-Executividade	22	6	24
TOTAIS	1.119	877	567



6 - RECURSOS [04/2016 a 02/2017]:

(fonte: e-Gestão)

TIPO	NOVOS	COM JUÍZO DE ADMISSIBILIDADE	SEM JUÍZO DE ADMISSIBILIDADE
Recurso Ordinário	850	731	287
Recurso Adesivo	53	47	23
Agravo de petição	82	64	33
Agravo de Instrumento	14	6	10
TOTAIS	999	848	353



7 - PRAZOS MÉDIOS [04/2016 a 02/2017]:

(fonte: e-Gestão)

7.1 - Conhecimento:

	QTDE	DIAS	DIAS GRP	DIAS FRM
Do ajuizamento da ação até o encerramento da instrução - Rito Sumaríssimo	720	475	259	374
Do ajuizamento da ação até o encerramento da instrução - Exceto Rito Sumaríssimo	1.890	714	392	579
Total / Média	2.610	648	359	523

Do ajuizamento da ação até a prolação de sentença - Rito Sumaríssimo	663	462	266	373
Do ajuizamento da ação até a prolação de sentença - Exceto Rito Sumaríssimo	1.662	673	393	560
Total / Média	2.325	613	359	506

Da conclusão até a prolação da sentença na fase de conhecimento - Rito Sumaríssimo	391	16	31	23
Da conclusão até a prolação da sentença na fase de conhecimento - Exceto Rito Sumaríssimo	1.197	24	42	31
Total / Média	1.588	22	40	29

7.2 - Fase de liquidação:

	QTDE	DIAS	DIAS GRP	DIAS FRM
Do início ao encerramento da liquidação - Rito Sumaríssimo	319	386	255	304
Do início ao encerramento da liquidação - Exceto Rito Sumaríssimo	716	345	281	298
Total / Média	1.035	358	275	299

*Do início da liquidação até a homologação dos cálculos

7.3 - Fase de execução:

	QTDE	DIAS	DIAS GRP	DIAS FRM
Do início ao encerramento da execução - ente privado	719	2.104	2.292	1.732
Do início ao encerramento da execução - ente público	31	2.667	1.314	1.562
Total / Média	750	2.127	2.231	1.723

*Do início até a extinção da execução

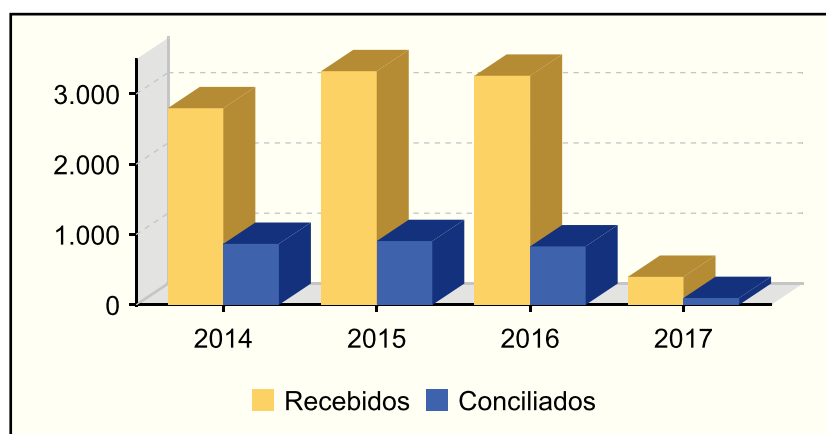


8 - MOVIMENTAÇÃO PROCESSUAL/PRODUTIVIDADE DA UNIDADE:

(fonte: e-Gestão)

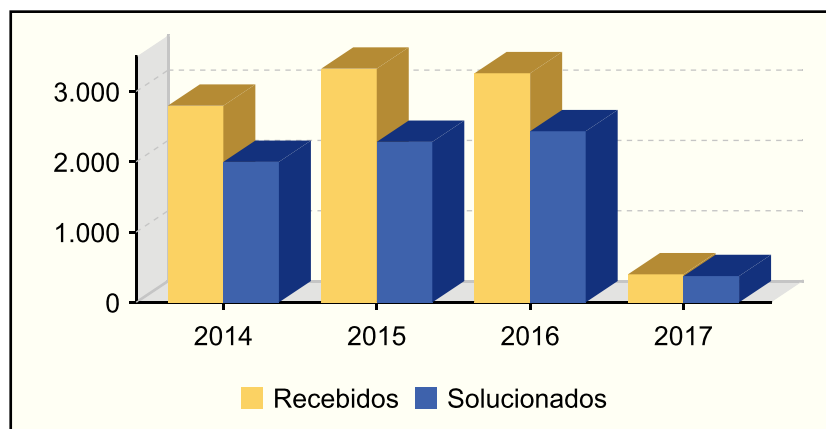
8.1 - Índice de conciliações [até 02/2017]:

ANO	RECEBIDOS	CONCILIADOS	%
2014	2.797	868	31,03
2015	3.324	908	27,32
2016	3.259	832	25,53
2017	399	98	24,56



8.2 - Índice de soluções [até 02/2017]:

ANO	RECEBIDOS	SOLUCIONADOS	%
2014	2.797	1.998	71,43
2015	3.324	2.283	68,68
2016	3.259	2.434	74,69
2017	399	374	93,73



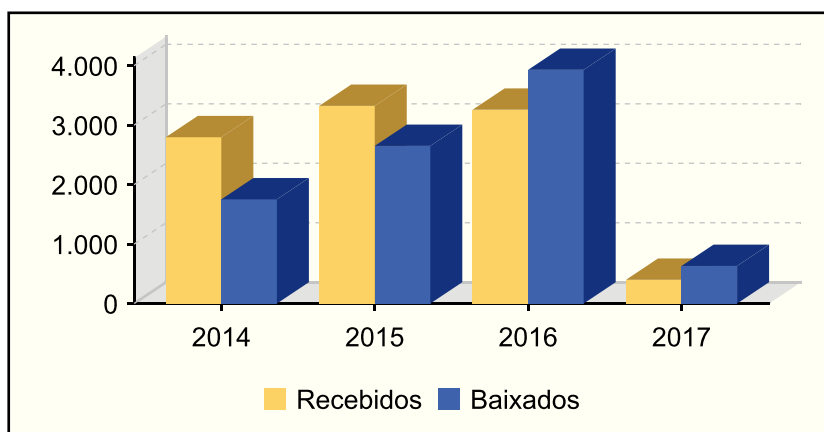


8 - MOVIMENTAÇÃO PROCESSUAL/PRODUTIVIDADE DA UNIDADE:

(fonte: e-Gestão)

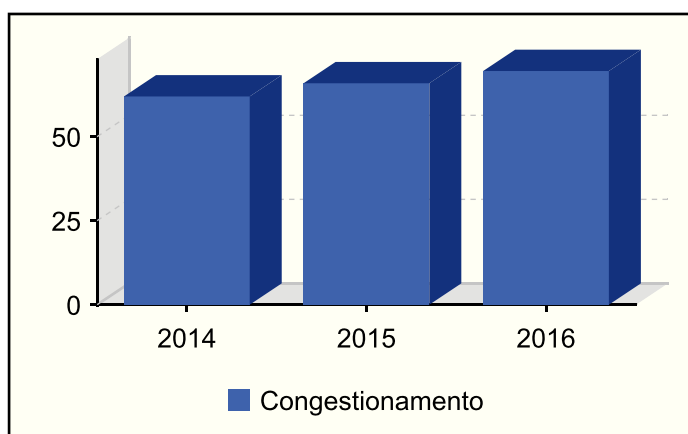
8.3 - Índice de baixas [até 02/2017]:

ANO	RECEBIDOS	BAIXADOS	%
2014	2.797	1.752	62,64
2015	3.324	2.651	79,75
2016	3.259	3.930	120,59
2017	399	632	158,40



8.4 - Índice de congestionamento até a sentença:

ANO	ACERVO	NOVOS	SOLUCIONADOS	%
2014	2.457	2.797	1.998	61,97
2015	3.369	3.324	2.283	65,89
2016	4.731	3.259	2.434	69,54

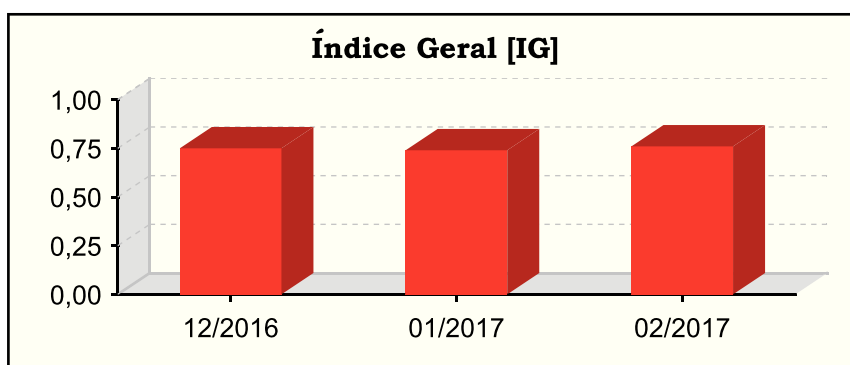
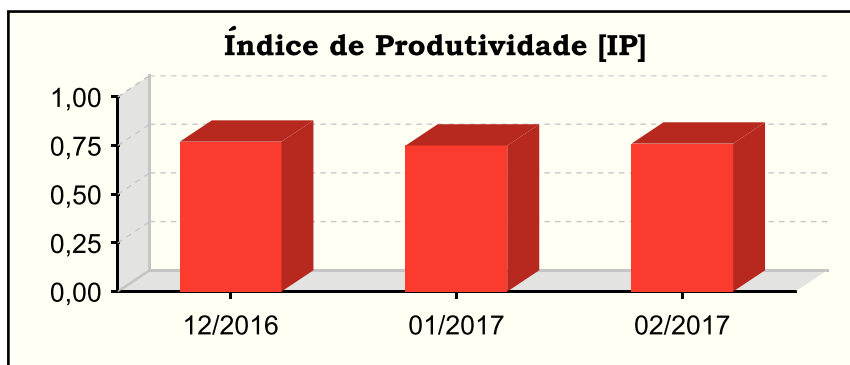
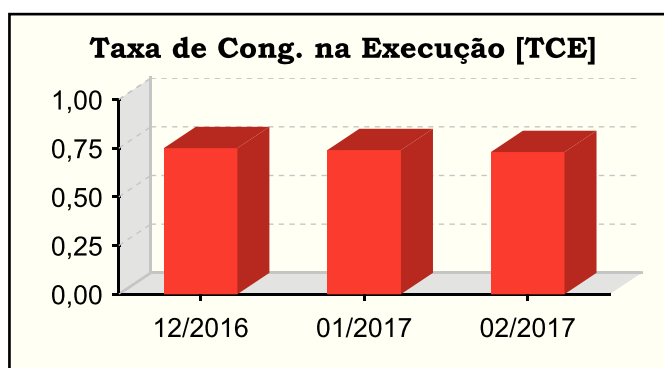
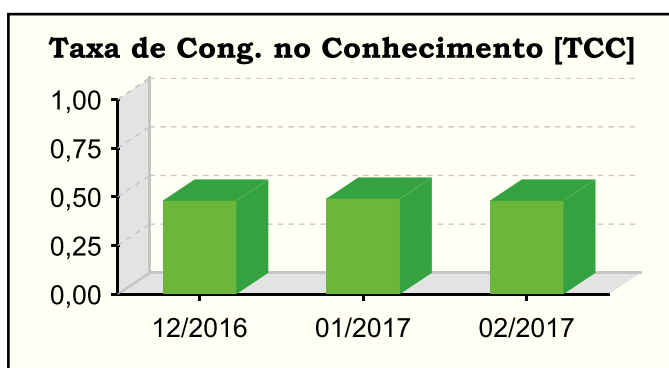




9 - MAPEAMENTO GLOBAL DE DESEMPENHO - MGD:

(fonte: e-SInCor MGD)

DATA MGD	TCC	TCE	IP	IG
12/2016	0,48	0,75	0,77	0,75
01/2017	0,49	0,74	0,75	0,74
02/2017	0,48	0,73	0,76	0,76





10.1 - AFERIÇÃO DE RESULTADOS - SOLUCIONADOS [03/2016 a 02/2017]:

(fonte: e-Gestão e Relatório de Aferição de Resultados)

Processos - Informações Individuais	Quantidade	Média Mensal	
		Total	RARIA*
Processos solucionados - com exame de mérito (conciliações) [A]	850	70,8	41,2
Processos solucionados - com exame de mérito (exceto conciliações) [B]	1.333	111,1	64,6
Processos solucionados - com exame de mérito [A + B]	2.183	181,9	105,8
Processos solucionados - sem exame de mérito	361	30,1	17,5
Incidentes Processuais Resolvidos	935	77,9	45,3
Dias-Juiz	619	51,6	---

*Aferição de Resultado Individual Aproximado

Processos - Informações do Grupo	Quantidade	Média Mensal	
		Total	RARIA*
Processos solucionados - com exame de mérito (conciliações) [A]	14.797	94,9	52,7
Processos solucionados - com exame de mérito (exceto conciliações) [B]	17.790	114,0	63,4
Processos solucionados - com exame de mérito [A + B]	32.587	208,9	116,1
Processos solucionados - sem exame de mérito	6.873	44,1	24,5
Incidentes Processuais Resolvidos	11.705	75,0	41,7
Dias-Juiz	8.417	54,0	---

*Aferição de Resultado Individual Aproximado

Processos - Informações do TRT15	Quantidade	Média Mensal	
		Total	RARIA*
Processos solucionados - com exame de mérito (conciliações) [A]	129.314	70,4	46,0
Processos solucionados - com exame de mérito (exceto conciliações) [B]	138.489	75,4	49,2
Processos solucionados - com exame de mérito [A + B]	267.803	145,9	95,2
Processos solucionados - sem exame de mérito	50.457	27,5	17,9
Incidentes Processuais Resolvidos	98.022	53,4	34,9
Dias-Juiz	84.367	46,0	---

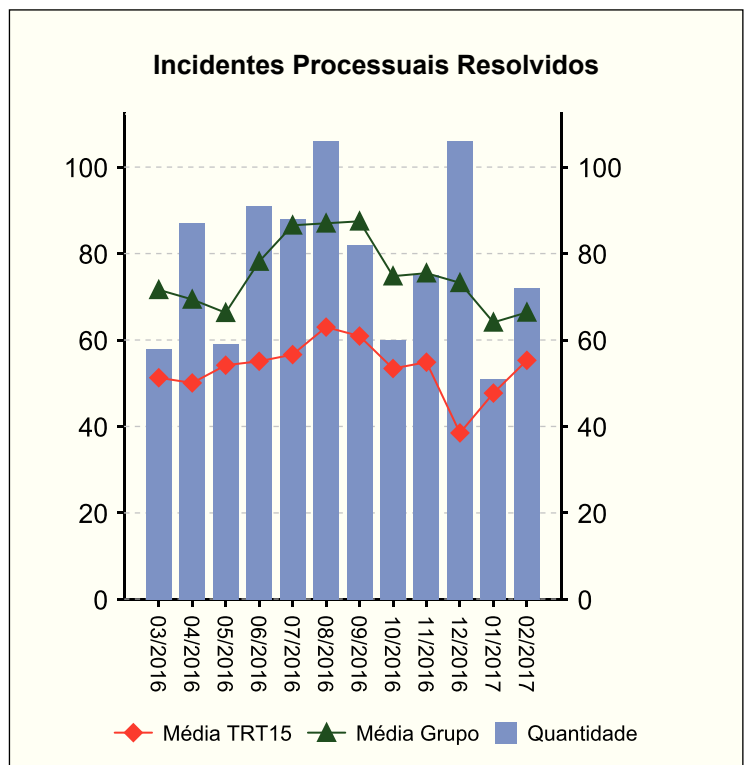
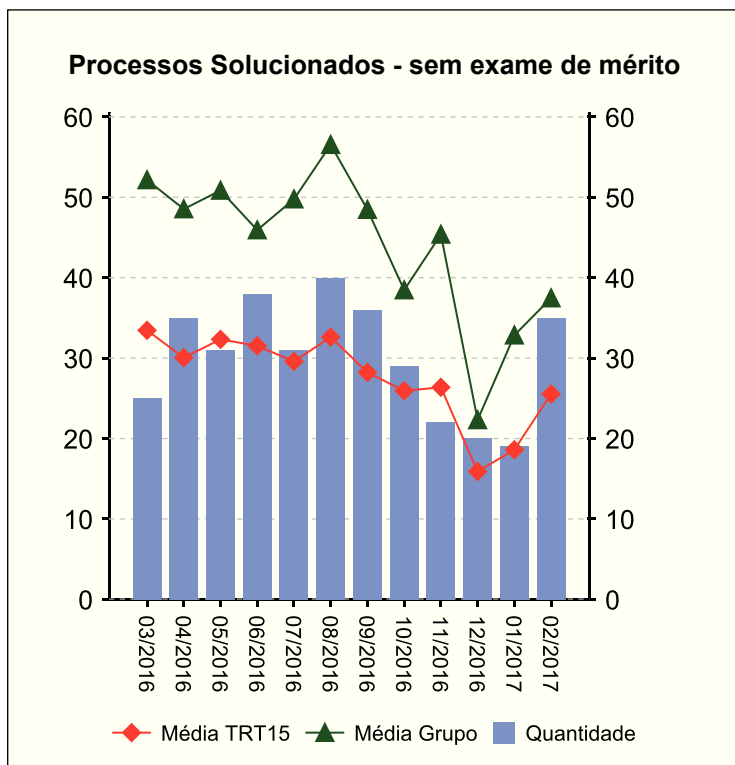
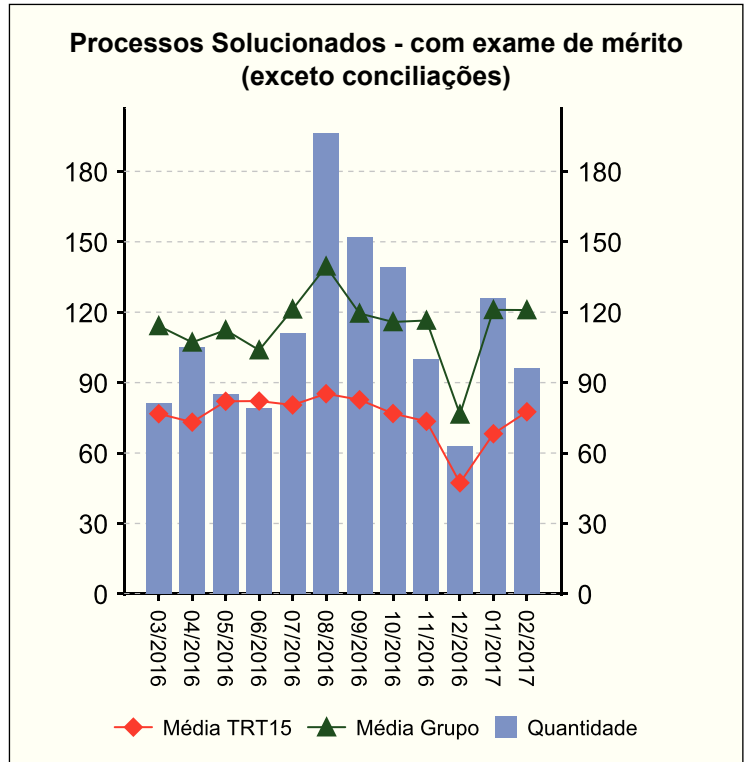
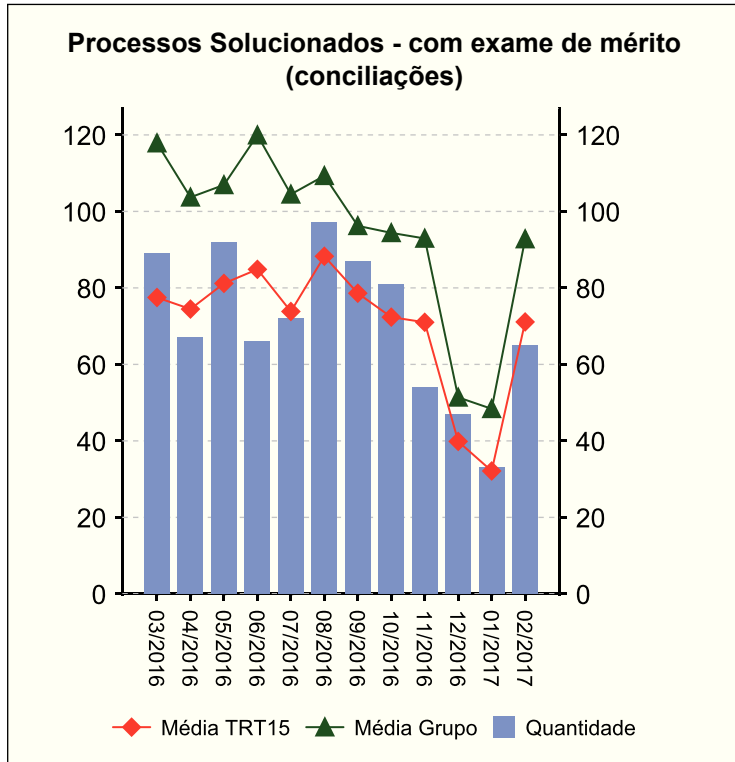
*Aferição de Resultado Individual Aproximado



10.1 - AFERIÇÃO DE RESULTADOS - SOLUCIONADOS [03/2016 a 02/2017]:

(fonte: e-Gestão e Relatório de Aferição de Resultados)

Resumo - Processos





10.2 - AFERIÇÃO DE RESULTADOS - AUDIÊNCIAS

[03/2016 a 02/2017]:

(fonte: e-Gestão e Relatório de Aferição de Resultados)

Audiências - Informações Individuais	Quantidade	Média Mensal	
		Total	RARIA*
Sessões de audiência realizadas - inicial	68	5,7	3,3
Sessões de audiência realizadas - instrução	635	52,9	30,8
Sessões de audiência realizadas - una	2.091	174,3	101,3
Sessões de audiência realizadas - conciliação na fase de conhecimento	160	13,3	7,8
Sessões de audiência realizadas - conciliação na fase de execução	184	15,3	8,9
Sessões de audiência realizadas - una + instrução	2.726	227,2	132,1
Sessões de audiência realizadas - conciliação conhecimento + execução	344	28,7	16,7
Dias-Juiz	619	51,6	---

*Aferição de Resultado Individual Aproximado

Audiências - Informações do Grupo	Quantidade	Média Mensal	
		Total	RARIA*
Sessões de audiência realizadas - inicial	11.572	80,4	41,2
Sessões de audiência realizadas - instrução	10.159	65,1	36,2
Sessões de audiência realizadas - una	22.360	143,3	79,7
Sessões de audiência realizadas - conciliação na fase de conhecimento	2.975	19,1	10,6
Sessões de audiência realizadas - conciliação na fase de execução	2.095	13,4	7,5
Sessões de audiência realizadas - una + instrução	32.519	208,5	115,9
Sessões de audiência realizadas - conciliação conhecimento + execução	5.070	32,5	18,1
Dias-Juiz	8.417	54,0	---

*Aferição de Resultado Individual Aproximado

Audiências - Informações do TRT15	Quantidade	Média Mensal	
		Total	RARIA*
Sessões de audiência realizadas - inicial	123.476	72,5	43,9
Sessões de audiência realizadas - instrução	91.123	49,6	32,4
Sessões de audiência realizadas - una	154.465	84,7	54,9
Sessões de audiência realizadas - conciliação na fase de conhecimento	30.967	16,9	11,0
Sessões de audiência realizadas - conciliação na fase de execução	31.455	17,1	11,2
Sessões de audiência realizadas - una + instrução	245.588	133,8	87,3
Sessões de audiência realizadas - conciliação conhecimento + execução	62.422	34,0	22,2
Dias-Juiz	84.367	46,0	---

*Aferição de Resultado Individual Aproximado

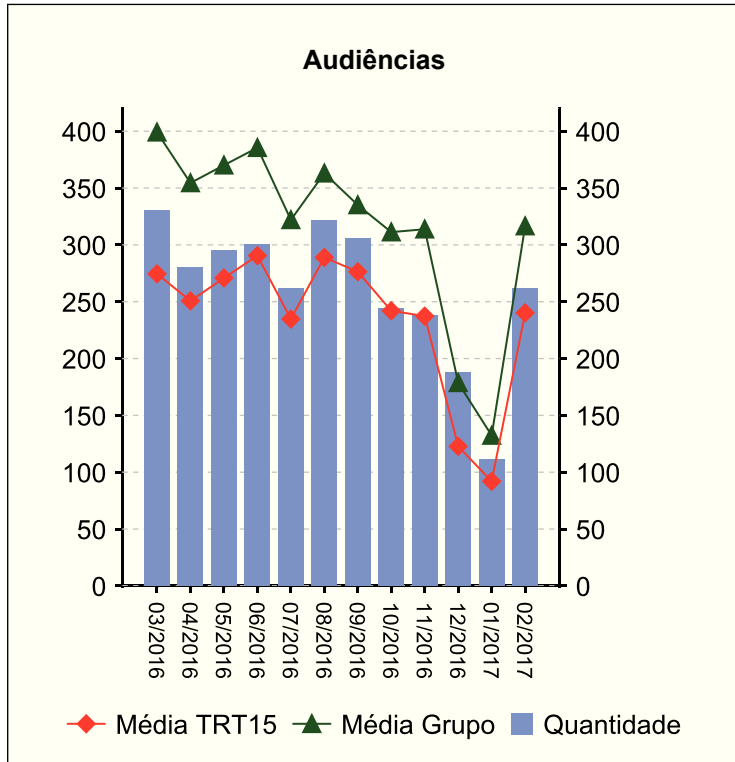


10.2 - AFERIÇÃO DE RESULTADOS - AUDIÊNCIAS

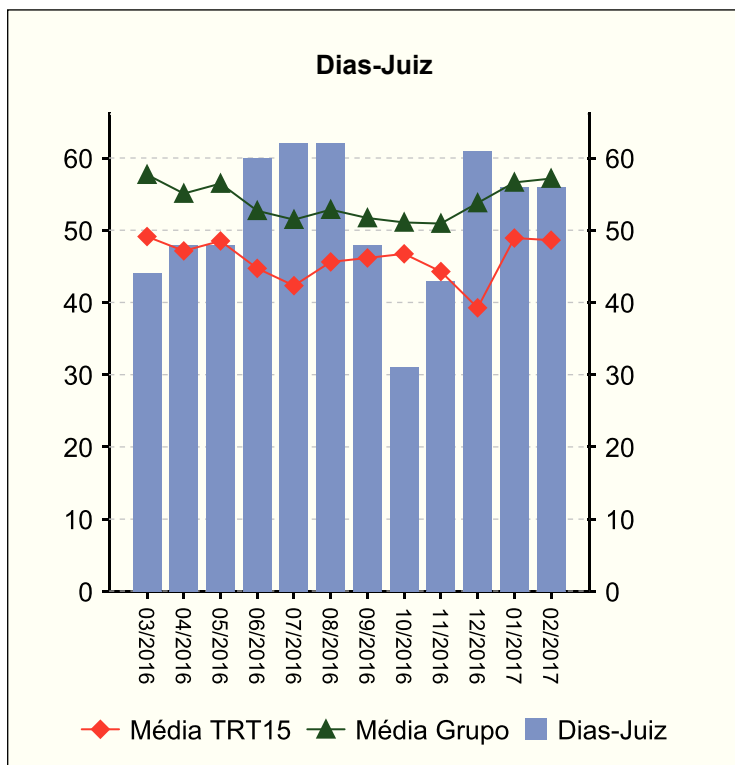
[03/2016 a 02/2017]:

(fonte: e-Gestão e Relatório de Aferição de Resultados)

Resumo - Audiências



Audiências	Conciliação Conhec.	Conciliação Exec.	Inicial	Instrução	UNA	Total
03/2016	18	17	66	44	185	330
04/2016	12	25	2	45	196	280
05/2016	9	13	0	55	218	295
06/2016	11	25	0	48	216	300
07/2016	2	16	0	43	201	262
08/2016	15	19	0	66	222	322
09/2016	13	22	0	65	206	306
10/2016	21	6	0	57	160	244
11/2016	14	15	0	67	142	238
12/2016	22	4	0	45	117	188
01/2017	8	7	0	25	71	111
02/2017	15	15	0	75	157	262
Total	160	184	68	635	2091	3138



Dias-Juiz	
Mês/Ano	Qtd
03/2016	44
04/2016	48
05/2016	48
06/2016	60
07/2016	62
08/2016	62
09/2016	48
10/2016	31
11/2016	43
12/2016	61
01/2017	56
02/2017	56
Média Mensal	51,6



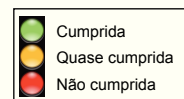
11 - METAS NACIONAIS [01/2016 a 12/2016]:

(fonte: e-Gestão e Relatório de Acompanhamento de Metas)

Meta 1 [CNJ] - Julgar mais processos que os distribuídos

Julgar quantidade maior de processos de conhecimento do que os distribuídos no ano

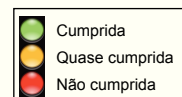
Casos Novos	Solucionados	Pendentes de Solução	Média Mensal de Casos Novos	Média Mensal de Processos de Solucionados	Grau de Cumprimento
3259	2434	825	272	203	75 %



Meta 2 [CNJ] - Julgar processos mais antigos

Identificar e julgar, até 31/12/2016, pelo menos, 90% dos processos distribuídos até 31/12/2014

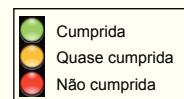
Processos distribuídos até 31/12/2014	Meta	Solucionados	Pendentes de Solução	Média Mensal de Processos Solucionados (Total)	Média Mensal de Processos Solucionados (Meta 2)	Taxa de soluções Meta 2 x Total*	Grau de Cumprimento
2797	2517	2420	97	203	67	33 %	96 %



Meta 5 [CNJ] - Impulsionar processos à execução

Baixar em 2016 quantidade maior de processos de execução do que o total de casos novos de execução no ano corrente

Execuções Iniciadas	Execuções Baixadas	Execuções Pendentes	Média Mensal de Execuções Iniciadas	Média Mensal de Execuções Baixadas	Grau de Cumprimento
900	763	137	75	64	85 %





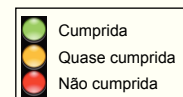
11 - METAS NACIONAIS [01/2016 a 12/2016]:

(fonte: e-Gestão e Relatório de Acompanhamento de Metas)

Meta 6 [CNJ] - Priorizar o julgamento das ações coletivas

Identificar e julgar, até 31/12/2016, as ações coletivas distribuídas até 31/12/2013

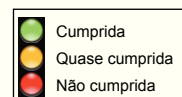
Processos pendentes em 31/12/2013	Processos solucionados a partir de 01/01/2014	Pendentes de Solução (Calculado)	Pendentes de Solução (e-Gestão)	Grau de Cumprimento
14	10	4	3	79 %



Meta 5 [JT] - Tempo médio de Duração do Processo - Conhecimento

Reduzir em 2% o prazo médio em relação ao ano base 2014 [TMDP1c]

Prazo Médio em 2014	Prazo Médio em 2016	Meta	Grau de Cumprimento
367	589	360	36 %





PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA DO TRABALHO
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 15ª REGIÃO
CORREGEDORIA REGIONAL



12 - ARRECADAÇÃO [04/2016 a 02/2017]:

(fonte: e-Gestão)

CUSTAS	IMPOSTO DE RENDA	EMOLUMENTOS	CONTRIBUIÇÃO PREVIDENCIÁRIA
R\$ 178.911,37	R\$ 85.620,91	R\$ 5,53	R\$ 1.179.152,30



13 – ANÁLISE DO QUADRO DE PESSOAL:

Processos Recebidos (Média Trienal dos anos 2014, 2015, 2016)	Faixa Processual (Res. CSJT 63/2010)	Ideal (Res. 63/2010 CSJT (exceto OJA)	Lotação atual (exceto OJA)	Ideal Port. GP 24/2016 (exceto OJA)
3.127	A partir de 3.001	19-20	15+2	15*

**cálculo do redutor considerando média trienal antiga*

A Resolução nº 63/2010 do CSJT instituiu a padronização da estrutura organizacional e de pessoal dos órgãos da Justiça do Trabalho de primeiro e segundo graus. Considerando o histórico deficit de pessoal que atinge todas as unidades do Tribunal Regional do Trabalho da 15ª Região e, visando a adequação da lotação, a Presidência instituiu através da Portaria GP nº 24/2016, redutor na proporção de 16% sobre o ideal fixado para todas as Varas do Trabalho do Tribunal Regional do Trabalho da 15ª Região, até que sobrevenha aprovação de lei de criação de cargos.

A Portaria, com o redutor, apontou 15 servidores, considerando ainda o ideal de 18 na Resolução nº 63/2010 do CSJT, de acordo com a antiga média trienal. Como houve mudança de grupo em 2016, calculando-se a redução de 16% a partir do novo ideal de 19-20 servidores, chega-se 16 servidores. Ainda assim, com base no exposto, o número atual de servidores lotados na Vara do Trabalho está acima dos parâmetros previstos na referida Portaria.

14 – ACERVO DA UNIDADE:

14.1 – PROCESSOS SEM TRAMITAÇÃO:

(fonte: informação da Unidade)

	PJe		SAP
Data de corte:	20/12/2015*	Data de corte:	20/12/2015*
Saldo:	0	Saldo:	0
Data do mais antigo	Junho/2016	Data do mais antigo	28/03/2016
		Total:	0

**Data de corte no Plano de Ação homologado pela Corregedoria e cumprido pela Vara em fevereiro de 2017*



14.2 – INFORMAÇÕES SOBRE O MAPEAMENTO GLOBAL DE DESEMPENHO – MGD:

O mapeamento global de desempenho (MGD) criado pela Corregedoria Regional e regulamentado pela Portaria CR nº 17/2014 é um leitor de cenários que disponibiliza aos gestores o índice de desempenho da atividade judiciária pela média comparativa de resultados, considerando a força de trabalho. No último relatório disponibilizado é possível verificar os índices da Unidade, destacando seu Índice Geral de 0,76.

Comparativamente, desde a última Correição Ordinária, a “Taxa de Congestionamento no Conhecimento – TCC” foi reduzida, de 0,60 para 0,48, e a “Taxa de Congestionamento na Execução – TCE” também apresentou pequena melhora desde então (de 0,75 para 0,73). No entanto, outros índices pioraram no período, como o “pendentes de solução”, elevado de 0,97 para 1,00 – maior índice no grupo a partir de 3.000 processos por ano.

Além disso, a Unidade esteve inserida no Projeto Apoia15 da Corregedoria Regional, tendo apresentado plano de ação com base no método 5W2H e desenvolvimento por meio da análise do ciclo PDCA, para desenho do novo processo de trabalho. Referido plano foi homologado pela Corregedoria e seguiu acompanhado até seu cumprimento, atingindo o objetivo inicial proposto de tramitar os processos no passivo apurado em 20/12/2015, conforme despacho no PP nº 67/2017 – PROAD:

“Conforme se verifica da apuração dos dados extraídos em 14/02/2017 para acompanhamento do Plano de Ação, verificou-se que a unidade alcançou a meta estabelecida no citado plano e tramitou todos os processos constantes do passivo apurado em 20/12/2015.

Com efeito, a apuração em dezembro/15 indicou que existiam na Vara 5.971 processos sem tramitação, sendo que a Unidade tramitou esses processos até 14/02/2017, e ainda conseguiu tramitar a maior parte dos "processos do dia", um resultado que superou as expectativas da Corregedoria.

Registro que esses resultados só foram alcançados porque a 2ª Vara do Trabalho de Jundiaí acreditou em um novo projeto de trabalho e não poupou esforços para alcançar os objetivos traçados no Plano de Ação implementado em dezembro/15.

A Unidade apresentou plano de ação para eliminar o passivo dos processos “do dia” pendentes de tramitação com data posterior a 20/12/2015,



adotando como estratégia a realização de força-tarefa interna para tramitação dos processos físicos, e posteriormente a tramitação dos processos eletrônicos pelos servidores das respectivas fases, junto com os processos “do dia”, com previsão de que até 22/05/2017 a unidade não terá processos sem tramitação há mais de 90 dias.

Após, a Vara deverá acompanhar a própria evolução e formular plano de trabalho próprio para tramitação dos processos “do dia”, conforme orientações que serão em breve enviadas pela Corregedoria. (...)” g.n.

Quanto às referidas estratégias para atacar o “novo passivo” entre os processos “do dia” (posteriores a 20/12/2016), informaram em 16/02/2017, com corte 90 dias, haver na fase de conhecimento 120 processos no SAP e 777 PJE; na fase de liquidação 46 processos no SAP, nenhum no PJE, e na fase de execução 240 processos físicos e mais 331 eletrônicos.

A estratégia informada à época foi de organizar trabalho em força-tarefa e conseguir a tramitação desses feitos.

Assim como já mencionado no despacho de encerramento do plano de ação, frisa-se a importância de a Vara acompanhar sua evolução e utilizar a ferramenta do Plano conforme sua necessidade. Em pesquisa pré-correicional (em 04/04/2017), verificou-se que considerando data de corte de 90 dias (04/01/2017), o saldo de processos sem tramitação seria de aproximadamente 1.739 processos (sendo 374 no SAP1G e 1.365 no PJE), passivo esse que supera a metade da média trienal de feitos distribuídos à Unidade e que demonstra necessidade de a Unidade elaborar em breve seu próprio plano, atualizando a data de corte, para seguir com o trabalho ordenado.

15 - ITENS DE EXAME E REGISTRO OBRIGATÓRIO (Artigo 26 da Consolidação dos Provimentos da CGJT):

Com base nas informações prestadas, registra-se que o Juízo:

15.1 - pronuncia-se explicitamente acerca da admissibilidade dos recursos ordinários e agravos de petição interpostos, não se limitando a proferir despachos nos quais haja apenas referência às locuções “Processe-se o recurso, na forma da lei” ou “Admito o recurso, na forma da lei”, a exemplo dos processos n^o 0010354-



57.2015.5.15.0021, 0010600-87.2014.5.15.0021 e 0011446-70.2015.5.15.0021;

15.2 – faz uso dos sistemas BACENJUD (e em consulta em 03/04/2017, verificou-se a existência de 821 protocolos nos últimos 12 meses, não havendo pendências há mais de 5 dias) e INFOJUD;

15.3 – ordena, imediatamente após a liquidação da sentença em que se apure crédito de valor inequivocamente superior ao do depósito recursal, a pronta liberação deste em favor do credor, de ofício ou a seu requerimento, a exemplo dos processos n^o 135500-60.2005;128100-87.2008 e 1297-22.2003;

15.4 – não determina a citação do(s) sócio(s) quando da desconsideração da personalidade jurídica da empresa executada, assinalando-lhe(s) o prazo de 48 horas para que indique(m) bens da sociedade (artigo 795 do CPC) ou, não os havendo, garanta(m) a execução, sob pena de penhora, porém a Unidade adota o procedimento de incidente de desconsideração de personalidade jurídica, nos termos do artigo 133 a 137 do CPC;

15.5 – há audiências designadas em 04 dias da semana, segundo consulta ao PJ-e no período de 04/04/2017 a 19/12/2017;

15.6 – inclui na pauta de audiências de conciliação os processos na fase de execução – foram realizadas 184 no período de 03/2016 a 02/2017;

15.7 – exaure suas iniciativas objetivando tornar exitosa a execução mediante a utilização do BACENJUD, INFOJUD, RENAJUD, ARISP, e a aplicação subsidiária dos arts. 772 a 777 do CPC. Quanto ao SIMBA – Sistema de Investigação de Movimentações Bancárias, verificou-se haver cadastro da MM. Juíza Titular, mas ainda sem utilização pelo Grupo Interno de Execução- GIE.

Quanto aos demais aspectos (assiduidade dos Magistrados; principais prazos da vara do trabalho; eventuais inconsistências de lançamentos no sistema, mormente liquidação de sentença, quitação, oposição de embargos, e data de conclusão ao MM. Juiz para sentença e incidentes; além do número de processos aguardando sentença na fase de conhecimento e incidentais à fase de instrução), há registros nos itens 1, 2, 4, 5, 7 e 10 e eventuais especificidades encontram-se destacadas nas determinações ou orientações desta Ata.



16 – PRODUTIVIDADE DA VARA:

16.1 – PROCESSOS SOLUCIONADOS:

A Unidade apresenta índice de 1,00 nos processos pendentes de solução no último relatório do MGD. Esse saldo é composto da soma daqueles que aguardam a primeira sessão de audiência, dos que aguardam o encerramento da instrução processual e dos que aguardam a prolação da sentença. O valor apurado na Unidade corresponde ao maior coeficiente dessa variável no grupo em que se insere.

Conforme item 10.1 da presente Ata, a Unidade contou com média de 51,6 dias-juiz nos últimos doze meses, ligeiramente inferior à média do grupo (54,3).

Também se observa que, proporcionalmente a essa disponibilidade de magistrados, a Unidade alcançou média mensal de processos solucionados por meio de conciliações (70,8 – RARIA 41,2) inferior à média mensal de referido grupo (94,9 – RARIA 52,4). Por outro lado, excetuando-se as conciliações, a média de processos solucionados com exame de mérito, considerando-se a média proporcional a um magistrado presente ao longo de cada mês (RARIA) foi de 64,6, superando a média proporcional de seu grupo (RARIA 63,0). Assim, a média total de feitos solucionados com exame de mérito (conciliações ou não), na 2ª Vara do Trabalho de Jundiaí ficou abaixo da média do grupo: 181,9 (com RARIA 105,8) na Unidade, enquanto no grupo a média total foi de 208,9 (RARIA 115,3), em decorrência da menor média de soluções por conciliação.

Destaca-se que as Metas indicadas no item 11 desta Ata não foram atingidas no último ano, em especial a Meta 1, CNJ (julgar quantidade maior de processos de conhecimento do que os distribuídos no ano), com 75% de cumprimento, e a Meta 5, JT (reduzir em 2% o prazo médio do conhecimento), com apenas 36% de cumprimento.

Considerando o alto índice de pendentes de solução, assim como os prazos médios em ascensão na 2ª Vara de Jundiaí no último ano (já que o prazo médio do ajuizamento até a prolação de sentença se elevou de 459 dias em 2015 para 613 em 2016), recomenda-se que sejam envidados esforços para elevar os índices de soluções, com especial atenção às conciliações.



17 – AUDIÊNCIAS

Em consulta ao PJ-e realizada em 03/04/2017, às 16h30, foi verificado que há audiências agendadas com regularidade até:

TIPO	DESIGNADAS COM REGULARIDADE ATÉ	QUANTIDADE AGUARDANDO DESIGNAÇÃO	PRAZO DO AJUIZAMENTO ATÉ A PRIMEIRA AUDIÊNCIA (APROXIMADO)
INICIAIS	-	-	-
UNAS	22/02/2018	123	325
INSTRUÇÕES	27/03/2018	0	358
CONCILIAÇÃO/ CON	11/07/2017	0	99
CONCILIAÇÃO/ EXE	05/07/2017	0	93

Obs. Foi informado pela Unidade que os feitos que envolvem Órgão Público não são incluídos em pauta, nem aqueles com pedido de perícia.

17.1 – COMPOSIÇÃO DAS PAUTAS

(fonte: Vara do Trabalho)

17.1.1 – JUIZ TITULAR/JUIZ SUBSTITUTO

DIA	PERÍODO	UNA	INICIAL	INSTRUÇÃO	CONCILIAÇÃO	MEDIAÇÃO	TOTAL
segunda	manhã	-	-	-	-	-	
	tarde	11	-	3	1	-	15
terça	manhã	-	-	-	-	-	
	tarde	11	-	3	1	-	15
quarta	manhã	-	-	-	-	-	
	tarde	11	-	3	1	-	15
quinta	manhã	-	-	-	-	-	
	tarde	11	-	3	1	-	15
sexta	manhã	-	-	-	-	-	-
	tarde	-	-	-	-	-	



17.1.2 – JUIZ AUXILIAR/ se houver

DIA	PERÍODO	UNA	INICIAL	INSTRUÇÃO	CONCILIAÇÃO	MEDIAÇÃO	TOTAL
segunda	manhã	-	-	-	-	-	
	tarde	11	-	3	1	-	15
terça	manhã	-	-	-	-	-	
	tarde	11	-	3	1	-	15
quarta	manhã	-	-	-	-	-	
	tarde	11	-	3	1	-	15
quinta	manhã	-	-	-	-	-	
	tarde	11	-	3	1	-	15
sexta	manhã	-	-	-	-	-	
	tarde	-	-	-	-	-	

17.1.3 – MEDIDAS EFETIVAS DE INCENTIVO À MEDIAÇÃO:

A gestora informou não serem adotadas na Unidade medidas de incentivo à mediação, embora haja servidora capacitada pela Escola Judicial.

Considerando o acervo da Unidade, especialmente na fase de conhecimento (total de 12.134 processos, dos quais 8.308 estão em fase de conhecimento – 1.699 aguardando encerramento da instrução processual – item 4 da Ata) e o elevado prazo médio na respectiva fase (648 dias – item 7.1 da Ata), recomenda-se que seja intensificada a realização de audiências de tentativa de conciliação para solução dos feitos, seja por meio de mediação ou de audiências de tentativa de conciliação.

Frisa-se a importância desse meio de solução consensual de conflitos, que, estatisticamente, consiste em instrumento de auxílio e desafogamento do Judiciário, bem como de pacificação social, solução e prevenção de litígios.

17.1.4 – ANÁLISE:

Observando o gráfico no Item 10.2, verifica-se que a Unidade, com dados apurados até 28/02/2017, realizou média de audiências unas e de instrução maior (227,2 – RARIA 132,1) se comparada com a média mensal do grupo (208,5 – RARIA 115,1), bem como com a média do TRT (133,8 – RARIA 87,3).



Considerando haver audiências de instrução até 27/03/2018 e Unas até 22/02/2018 e ainda 123 processos para serem designadas audiências, o fato de não ter sido atingida a Meta 5 da JT para reduzir em 1% o prazo médio de duração do processo, com índice de cumprimento de 36%, bem como a verificação de que o lapso temporal da pauta de audiências unas se elasteceu desde a última correição (quando era necessário aguardar, em média, 8 meses para a realização de audiência), com uma espera média de 9 meses e meio atualmente; assim como na pauta de instrução (cujo prazo médio para realização era de 7 meses na última correição, subindo para 11 meses e meio atualmente), determina-se que a Juíza Titular da Unidade encaminhe plano de ação para incrementar a pauta de audiências. O Juízo deverá **anexá-lo ao PP nº 67/2017 – PROAD, no prazo de 15 (quinze) dias.**

Assim, além das medidas já divulgadas, recomenda-se como boa prática o projeto “Mediação/UNA”, adotado na Vara do Trabalho de São Sebastião. A prática consiste em designar audiência de mediação ou una, esclarecendo não ser necessário o comparecimento de testemunhas, mas já predefinindo os efeitos da ausência da parte (arquivamento ou revelia). Busca-se a solução consensual, entretanto, caso não seja obtida, designa-se audiência de instrução, se o caso.

18 – HASTA PÚBLICA – SISTEMA EXE15

Consultado o sistema informatizado EXE15, verificou-se que a Unidade enviou bens ou processos às hastas unificadas da Circunscrição ao longo do ano de 2016 e também às hastas designadas para 2017. No entanto, em pesquisa por amostragem, verificou-se a retirada de bens ou processos por equívoco no cadastramento do valor da avaliação do bem, indicando lançamentos incorretos no sistema – exemplificativamente, hasta 03/2017.

19 – RECOMENDAÇÕES:

19.1 – viabilizar a melhor forma de citação eletrônica, conforme previsto no inciso V do art.246 da Lei 13.105/2015 (Novo CPC), mediante contato com grandes empresas demandadas, e Municípios que consentirem com a utilização da medida;



19.2 – recomenda-se, com fundamento na Portaria GP-VPJ-CR nº 07/2012, que fique sob responsabilidade dos assistentes de juiz a confecção das minutas das sentenças, dos embargos e das tutelas antecipadas, sendo que a ordem judicial nelas contidas deve ser cumprida sem fracionamento de tarefas, de forma que o servidor que minutar o despacho ou a decisão dará imediato cumprimento à respectiva determinação, confeccionando eventuais expedientes subsequentes, inclusive os atos de comunicação que se fizerem necessário.

20 – DETERMINAÇÕES:

20.1 – encaminhar cópias de sentenças que reconheçam a conduta culposa do empregador em acidente de trabalho para pfing.regressivas@agu.gov.br e regressivas@tst.jus.br, nos termos do Ofício Circular TST.GP nº 615/2012, de 18.5.2012, e da Recomendação Conjunta GP-CGJT 2/2011, assim como cópia de decisão nos casos de reconhecimento de agente insalubre após prova pericial (sentenças.dsst@mte.gov.br e insalubridade@tst.jus.br), de acordo com Ofício Circular TST.GP nº 670/2013 e Recomendação Conjunta 3GP.CGJT de 2013;

20.2 – observar os Comunicados GP-CR nº 04/2010 e 10/2011, que tratam da necessidade de se dar preferência à instrução e julgamento das ações civis públicas e civis coletivas – especialmente considerando que a Meta 6, CNJ, não foi cumprida em 2016, com 5 Ações Coletivas pendentes no e-gestão (dados até 28/02/2017);

20.3 – desenvolver competência do trio gerencial para utilizar os relatórios do e-Gestão, os quais estão disponibilizados pela CGJT no endereço eletrônico “<http://novoegestao.tst.jus.br/BOE/BI/>”, com o nome de usuário “consulta@trt15.jus.br”, para consulta dos relatórios Resumo, Espelho e Gerencial”;

20.4 – priorizar a redução dos prazos médios nos processos em tramitação na Unidade;

20.5 – envidar esforços para alcançar as Metas do CNJ e Justiça do Trabalho, especialmente considerando que, conforme registro no item 11 desta Ata, as cinco metas indicadas não foram integralmente cumpridas;

20.6 – priorizar os atos processuais referentes aos feitos que aguardam pagamento ou garantia da execução, para início célere da execução, bloqueio de valores, e migração para o PJe;



20.7 – observar o Comunicado CR nº 07/2016 (envio de valores atualizados dos créditos trabalhistas dos Devedores Insolventes às Coordenadorias);

20.8 – intensificar a realização de audiências nos processos da fase de execução, independentemente de requerimento das partes, selecionando-se aqueles com maior possibilidade de êxito na composição;

20.10 – observar os termos das Portarias CR nº 07/2013 e 03/2014, que tratam da padronização dos setores destinos das ocorrências do SAP1G e a Portaria GP-VPJ-CR nº 07/2012, que trata da padronização das subcaixas no PJe;

20.11 – diligenciar pelo devido cadastro dos Requisitórios de Pequeno Valor, no sistema de acompanhamento de 1º Grau, no campo “Estatística – Cadastro de Valores”, quando da requisição e do pagamento;

20.12 – observar a regularidade de procedimentos para envio de bens e processos às hastas públicas unificadas, as quais estão previstas no art. 2º do Provimento GP-CR 03/2014 e no itens I a IV da Ordem de Serviço CR nº 4, de 24 de fevereiro de 2016, evitando-se a retirada de bens para regularização posterior, assim zelando pela celeridade processual e bom atendimento ao jurisdicionado, contrário do verificado no processo nº 0001500-84.2009.5.15.0021, exemplificativamente.

20.13 – tendo em vista o descumprimento do Comunicado CR nº 02/2017, item II, por parte dos servidores ocupantes da função de assistente de juiz, determina-se que justifiquem suas ausências, no prazo de 5 (cinco) dias contados da publicação. Esclarece-se ainda que a justificativa deve ocorrer no PROAD, mediante funcionalidade “Fazer Pedido Complementar” no PP nº 67/2017.

21 – PROCESSOS ANALISADOS:

Foram analisados, por amostragem, processos da Unidade, dentre os quais ensejam determinações os abaixo relacionados:

ORDEM	PROCESSO	SITUAÇÃO	DETERMINAÇÃO
1	0002555-88.2013.5.15.0002	Processo com última ocorrência “CGP- carga para elaborar laudo pericial” desde 05/10/2016. Verifica-se haver prazo para entrega do laudo vencido desde 16/05/2016.	Determina-se a intensificação da gestão desses prazos.
2	0000391-61.2013.5.15.0161	Processo na variável 342 do e-gestão (pendentes de finalização na fase de conhecimento), com última	Determina-se a regularização dos lançamentos para controle dos prazos processuais.



		ocorrência “HMA – homologação de acordo” desde 11/02/2016.	
3	0204300-43.2005.5.15.0021	Processo com última ocorrência “RMA – remetido ao arquivo” desde 27/08/2015, no entanto, ainda pendente de finalização na fase de conhecimento (variável 342 do e-gestão), já que após desarquivamento (06/07/2015) a ocorrência “ARQ” não foi novamente lançada antes de retornar ao arquivo (“RMA”).	Regularizar o feito para baixa, inclusive de outros processos em situação semelhante – na variável 342 havia outros 7 processos com ocorrência RMA a serem verificados.
4	0218600-68.2009.5.15.0021	Processo com última ocorrência “ROM- em trânsito para o Magistrado” desde 10/11/2016. Destaca-se ser um dos processos mais antigos da Unidade, pendente na Meta 2 do CNJ.	Determina-se a priorização do seu prosseguimento, inclusive através de consulta ao Magistrado quanto ao recebimento e julgamento do feito.
5	0000219-88.2012.5.15.0021	Processo pendente de finalização na fase de conhecimento, variável 342 do e-gestão, com última ocorrência “TRA – trânsito em julgado em 30/10/2014” desde 23/11/2016. Apesar do trânsito em julgado, não há registro de início de outra fase processual. O último ato judicial determina reserva de crédito em processo da 1ª Vara Cível, sem indicação de cumprimento.	Regularizar os lançamentos processuais, pela devida transparência, evitando-se que os feitos permaneçam com ocorrências intermediárias, meramente informativas.
6	0011482-15.2015.5.15.0021	Processo eletrônico na tarefa “Aguardando cumprimento de providência - 08. agosto 2016 – 2ª quinzena” desde 16/08/2016. Verifica-se haver perícia designada para 23/09/2016, com 90 dias para entrega do laudo, sem qualquer notícia de realização.	Há outros processos em subcaixas de 2016 sem indicação de realização da perícia designada.
7	0011598-21.2015.5.15.0021	Processo na tarefa “Preparar comunicação” desde 05/09/2016 (data em que foi proferida sentença).	Determina-se o prosseguimento sem fracionamento de tarefas.
8	0000912-40.2012.5.15.0161	Processo com última ocorrência “LNS – lançamento de solução excluído de pauta” desde 04/05/2016. Trata-se de audiência conciliatória, designada para 05/05/2016, sem qualquer tramitação após a exclusão de pauta.	Analisar e dar prosseguimento ao feito.
9	0100200-08.2003.5.15.0021	Processo na variável 346 do e-gestão (pendente de finalização da fase de liquidação), com última ocorrência “RCJ – Recebido para prosseguir” desde 23/05/2016, sem tramitação desde então.	Dar prosseguimento ao feito.
10	0016400-09.2008.5.15.0021	Processo com última ocorrência “PCB – pracemento de bens” desde 07/11/2016. A data do leilão era 15/12/2016, sem notícia de seu resultado.	Dar prosseguimento ao feito.
11	0057300-39.2005.5.15.0021	Processo com última ocorrência “RME – Remessa ao E. TRT” desde 16/08/2006. Não foi localizado registro do feito no segundo grau.	Analisar a regularidade da tramitação processual.
12	0121000-04.1996.5.15.0021	Processo com última ocorrência	Dar prosseguimento ao feito.



		“ROS – remetido do oficial à secretaria” desde 19/07/2016.	
13	0010717-78.2014.5.15.0021	Processo eletrônico na tarefa “Aguardando Cumprimento de Providência – Exec – 10. setembro 2016 – 2ª quinzena” desde 10/05/2016, com a devolução de mandado pelo Oficial de Justiça. Analisar para prosseguimento. Na subcaixa “Resposta Bacen” há processos desde 09/08/2016 (0001685-20.2012.5.15.0021).	Tramitar o feito e priorizar feitos que aguardam bloqueio de valores.
14	180300-37.2009.5.15.0021	Processo na Meta 2, CNJ, com prazo vencido para entrega de laudo pericial desde 01/02/2017. Em situação semelhante o 1121-12.2010.5.15.0021, com prazo vencido para reclamante apresentar documentos desde 27/01/2017.	Priorizar os feitos mais antigos pendentes de julgamento – Meta 2, CNJ.
15	0010519-98.2014.5.15.0002	Ação coletiva, pendente na Meta 6, CNJ – aguardando término de prazos (para manifestação do reclamante, mas já houve em 11/03/2017).	Apreciar se apto para julgamento, priorizando a solução de Ações Coletivas – há outras pendentes na Meta 6, CNJ, como o 10562-75.2014.5.15.21 (concluso para sentença); 2470-45.2013.5.15.21, 2471-30.2013.5.15.21 e 2507-72.2013.5.15.21 (aguardando audiências).

22 – CONSTATAÇÕES:

Após a exposição dos principais índices da Unidade a toda a equipe, foram realizadas reuniões com os servidores agrupados de acordo com a fase processual em que atuam para orientações, quanto a otimização dos respectivos fluxos de trabalho.

a) Fase de Conhecimento

A Corregedoria recomenda a observância da Portaria GP-CR 89/2015 que regulamenta o lançamento de conclusão para magistrado para prolação de sentença e decisão de incidentes processuais, devendo a Unidade a criar, na caixa “Cumprimento de providências”, a subcaixa “Razões Finais”, concentrando nela os processos nessa circunstância. O procedimento tem o fito de evitar processos fora do fluxo, como se vê no agrupador “Processos aguardando encaminhamento do secretário de audiência (atas assinadas)”, bem como, na caixa “Aguardando audiência”.

A pauta não é automatizada, assim como, não é realizada triagem por reclamadas, por semelhança de matérias, entre outros. Informaram que excluem da pauta processos que necessitam de perícia técnica e os que envolvem órgãos públicos.

Adotam o controle de perícias e juntado o laudo, complementado com esclarecimentos, é concedido prazo para que as partes informem se há interesse na



produção de outras provas e designação de audiência de instrução. A equipe esclarece que os peritos, mais recentemente nomeados, cumprem os prazos estabelecidos, enquanto os prazos ficam mais comprometidos com relação às nomeações antigas.

Problemas com os Correios, ainda, são frequentes com entrega e devolução das notificações com atraso. Nesse sentido, a Corregedoria reitera orientação da ata anterior no sentido de que, diante da devolução de documentos pelos Correios, com evidente má prestação do serviço, o Diretor da Unidade encaminhe um expediente simples, acompanhado de cópias, para o Setor de Contratos deste Regional.

No que se refere a liquidação informam que após o trânsito em julgado são nomeados peritos, exceto de empresas que conhecidamente cumprem a determinação para apresentar cálculos. Apresentados, são homologados. No mês de março foi elaborada pauta de conciliação com 90 processos e para o mês de maio há outra pauta, com 72 feitos, com audiências realizadas pelo CEJUSC. Processos inseridos na meta 2 também serão objeto de inclusão em pauta de conciliação

Com relação a execução, observou-se que, até janeiro deste ano, quando a Coordenadoria (CIA) contava com a atuação do Juiz César Reinaldo Hoffa Basile, eram realizadas reuniões mensais com os grupos internos de execução, o que propiciava o intercâmbio de ideias e a otimização de procedimentos, o que deverá ter continuidade com a designação da Dra. Andrea Guelfi Cunha para atuar naquela Coordenadoria.

Impressões quanto ao método de trabalho, após a atuação do APOIA15: a equipe dá notícia de que se vislumbra desempenho cada vez melhor e que se trata de método de trabalho permanente.

Há plano de ação para solucionar o passivo, com novo prazo para que até 22/05/2017 não haja qualquer processo sem tramitação há mais de noventa dias.

Registra-se que, aparentemente, há ótima integração entre os servidores, o que propicia um ambiente de trabalho saudável, contribuindo sobremaneira para a qualidade de vida de seus integrantes. Por esse ambiente e os resultados já alcançados, consigna-se elogios.

Verifica-se que a Unidade não adota a padronização de nomenclatura das subcaixas da caixa “Aguardando Cumprimento de Providências”, conforme orientação da Corregedoria, que é imprescindível para que as subcaixas se ordenem cronologicamente. A nomenclatura observará o seguinte modelo:

“AAAA/MM – Xª quinzena”

- Onde AAAA correspondente ao ano, com 4 dígitos;
- MM correspondente ao mês, com 2 dígitos e;



- X correspondente a 1ª ou 2ª quinzena.

Exemplificativamente:

- 2017/03 – 1ª quinzena;
- 2017/11 – 2ª quinzena;
- 2018/08– 1ª quinzena.

b) Reunião com Diretores e Assistentes

Realizada na quinta-feira, foram abordados os seguintes assuntos:

- a) aprimoramento da gestão dos processos no PJe (Sicond);
- b) controle dos processos com prazo para razões finais;
- c) fragmentação de tarefas;
- d) meta 2;

e) Ferramentas de gestão – modelagem. A gestora da 4ª VT de Jundiáí, tomando por base o formato da modelagem sugerida pela Corregedoria, e, dentro das atribuições elencadas para cada célula, detalhou-as, inclusive, disponibilizando os despachos aplicáveis a cada fase processual e célula. Coloca a versão de sua modelagem à disposição das demais unidades.

A mesma gestora expõe, ainda, a tabela que a unidade utiliza para, de forma agilizada, conhecer as datas de vencimentos de prazos do PJe, conforme a data de expedição da notificação/intimação do Correio.

f) tramitação dos processos de liquidação e execução que ainda se encontram no posto avançado. A Corregedoria orienta que as unidades façam um levantamento de processos na fase de liquidação e execução que ainda se encontram no PA de Vinhedo e requeiram a remessa/devolução às suas unidades;

g) Correios. A Corregedoria reitera a sugestão para que, diante da devolução de documentos pelos Correios, com evidente má prestação do serviço, o Diretor da Unidade encaminhe um expediente simples, acompanhado de cópias, para o Setor de Contratos deste Regional.

Ainda, para rastreamento da notificação com mais de seis meses, há outro caminho que não o rastreamento de correspondências. No sítio dos Correios, na parte superior, à direita, selecione “Fale com os Correios” e, no assunto “Fale Conosco”, localize e ao clicar “Registro via internet”, preencha os campos da seguinte forma:

“Você deseja registrar um(a):” *Reclamação*;

“Atendimento:” *Objeto postado com origem e destino nacional*;

“ Declaro ter lido e aceito o Termo de uso do Fale com os Correios”:



ticar/selecionar;

e “Código do Registro”: *preencher o com o número do registrado postal.*

h) Reserva de numerário. A Corregedoria esclarece que, no tocante à solicitação de reserva de numerário, as Unidades solicitante e solicitada devem atentar-se à correta e necessária habilitação de devedores, certificação no EXE15 e atualização dos valores reservados. Assim, realizada a consulta e analisada a possibilidade de ter seu crédito satisfeito, a unidade solicitante expede o ofício para reserva de numerário, enquanto a unidade solicitada, também, pode devolver o ofício, noticiando, se o caso, a insuficiência do crédito para satisfação da reserva solicitada

i) Prazo para pesquisa básica no processo físico.

j) Notificação inicial. A Corregedoria sugere a prática da notificação eletrônica para as iniciais, aproveitando-se o juiz das unidades nas audiências para fazer o convite às empresas para adesão e concessão de aceite expresso, bem como, valendo-se dos oficiais de justiça para a obtenção desse aceite. Registra-se que os endereços eletrônicos e aceites obtidos pelos oficiais de justiça devem ser compartilhados com a Unidade, a quem compete realizar a notificação inicial. Aos oficiais de justiça compete realizar as notificações, apenas, de caráter pessoal.

l) Arquivamento de processos.

Posto Avançado de Vinhedo (PA de Vinhedo)

Processos que dependem de prova técnica também são incluídos em pauta do tipo Una, considerando que há elevado índice de conciliação, com relação a processos dessa natureza. A partir do corrente ano, demandadas que reconhecidamente não fazem acordo, tem a designação de perícia, por despacho.

Controle de perícia. Constata-se que o PA não adota o controle de perícias. Esclarece que determina a data da perícia, apenas com o propósito de tornar a designação visível ao perito, em painel próprio do PJe, e o perito comunica-se com as partes diretamente, informando-as da nova data. No mais, apresentação de laudo, manifestação e, eventual, impugnação, seguido de esclarecimentos passam todos pela secretaria, a quem cabe fazer as notificações para as partes e perito.

Nesse sentido, a Corregedoria reitera a adoção da prática, assim sugerida:

Primeiramente, cabe ao perito acompanhar suas nomeações e demais decorrências, uma vez que tem amplo acesso à designação, bastando a consulta em painel



próprio, conforme consta do Manual do Perito no sítio do CSJT (https://pje.csjt.jus.br/manual/index.php/Manual_Perito). Esse procedimento consiste em, na posse da agenda do perito, o juízo pré-fixar as datas da perícia, do laudo (observado prazo razoável de exequibilidade), das impugnações e de eventuais esclarecimentos, e o perito e as partes se comunicarem entre si, por meio de seus endereços eletrônicos, para apresentação da prova pericial, somente, após sua conclusão efetiva. Na falta da agenda do perito, caberá a ele informar as partes da data da perícia, mantido os demais procedimentos mencionados. Prática semelhante consiste em fixar no termo de audiência a data da entrega do laudo, data para impugnação, data para esclarecimentos e a data da instrução. Dessa maneira não há necessidade de se intimar as partes para a prática dos atos mencionados, propiciando que a escassa força de trabalho seja direcionada para melhor gestão e tramitação dos processos.

No mais, outros apontamentos são relevantes quanto ao PA de Vinhedo.

Na ata da correição anterior (20/04/2016) constou a seguinte pauta de audiências:

TIPO	DIAS DA SEMANA EM QUE HÁ SESSÕES	1ª VAGA NA PAUTA	TURNO (Manhã/Tarde)	MÉDIA DIÁRIA
INI	Não há	-	-	-
UNA	2ª, 3ª, 4ª e 5ª	06/04/2017	Tarde	08
INS	2ª, 3ª, 4ª e 5ª	17/10/2016	Tarde	02
TENT.CONC. EXECUÇÃO	2ª, 3ª, 4ª e 5ª	19/05/2016	Tarde	01

Bem como, a seguinte análise: “*Em consulta ao PJe em 13/04/2016, às 17h10 verificou-se haver 920 processos na tarefa 'aguardando audiência - subcaixa 'designar audiência', sendo 13 de instrução na subcaixa específica.*”

“Foi constatado que a partir da regulamentação pela Corregedoria-Geral da Justiça do Trabalho, por meio do Provimento CGJT nº 2, de 5 de junho de 2005, que dispõe sobre o lançamento da movimentação processual e sobre atuação de servidores nos postos avançados das Varas do Trabalho, os processos físicos até então distribuídos ao Posto Avançado de Vinhedo foram, via Sistema de Acompanhamento Processual de 1º Grau, redistribuídos às Varas do Trabalho de Jundiáí. Da mesma forma, foram redistribuídos seus servidores. Ocorre que, apesar de ter havido a redistribuição, fisicamente os autos e os servidores permaneceram em Vinhedo.

O Provimento GP VPJ CR nº 5, de 8 de outubro de 2012, por seu turno, determinou, em seu art. 35: 'Os processos eletrônicos em trâmite nos Postos Avançados deverão ser remetidos às Varas de origem após o decurso do prazo para interposição, na fase do conhecimento, de embargos de declaração ou após a decisão destes'. Considerando, na esteira dos argumentos expostos pela Corregedoria-Geral no Provimento suprarreferido, que os Postos Avançados não são unidades judiciárias autônomas; que a Resolução 63/2010 do CSJT prevê a lotação de pessoal apenas nas Varas do Trabalho, não destacando os Postos Avançados; a necessidade de



padronização dos procedimentos de inserção de dados no Sistema e-Gestão; por fim, que a movimentação processual dos Postos Avançados que recebem processos eletrônicos é contabilizada apenas nas Varas do Trabalho, em consenso, os Juízes em exercício no Fórum de Jundiáí decidiram que os processos físicos em trâmite no Posto Avançado de Vinhedo serão remetidos às suas respectivas Varas, conforme redistribuição realizada de forma automatizada no último ano.”

Decorrido, aproximadamente, um ano, foi constatada que a pauta é elaborada manualmente e ocorre, igualmente, de segunda a quinta-feira, sendo composta de 8 Unas e 2 instruções, além de mais dois horários que ficam livres para inclusão de carta precatória inquiritória e conciliação, cujas datas estão para:

Pauta atual (pesquisa em 11/04/2017):			
TIPO	DESIGNADAS COM REGULARIDADE ATÉ	QUANTIDADE AGUARDANDO DESIGNAÇÃO	PRAZO DO AJUIZAMENTO ATÉ A PRIMEIRA AUDIÊNCIA [EM DIAS]
INICIAIS	-	-	-
UNAS – Ordinário	19/11/2018	979*	587
UNAS – Sumaríssimo	30/01/2018	250	294
INSTRUÇÕES	17/10/2017	73	189
CONCILIAÇÃO/ CON	27/04 e 20/07	1	-
CONCILIAÇÃO/ EXE	-	-	-

*919 processos na tarefa “designar audiência” sem indicação do tipo, ora contabilizados como UNA, e 60 na tarefa Triagem Inicial.

A Corregedoria entende que o Posto Avançado, apesar dos esforços da Juíza Estefânia Kelly Reami Fernandes e dos valorosos servidores, não vem cumprindo seu objetivo final, que é a facilitação do acesso à jurisdição.

Pelo que foi apurado na correição, grande parte dos reclamantes reside em Jundiáí. Por isso, como prestaram serviços em Vinhedo, têm que se deslocar de Jundiáí para Vinhedo. Tal fato, por si só, já demonstra que a realização de audiências em Vinhedo, em nada, facilita o acesso à jurisdição.

Além disso, para os demandantes residentes em Louveira, o transporte público para Jundiáí é mais fácil do que para Vinhedo, mormente, porque o Posto Avançado está localizado distante da região central de Vinhedo, o que exige a utilização de duas linhas do transporte público: a primeira, de Louveira a Vinhedo (Centro) e, a segunda, de Vinhedo (Centro) ao bairro Capela, localização do Posto Avançado de Vinhedo.

Como se não fosse suficiente, a pauta do Posto Avançado de Vinhedo é demasiadamente alongada, como se vê pela comparação do quadro de pauta acima, impactando negativamente no Mapeamento Global de Desempenho (MGD) das Varas.

Acrescente-se, sob o ponto de vista da gestão, a ineficiência do PA de Vinhedo,



decorrente do acervo de 5.254 processos na fase de conhecimento, com processos sem tramitação há mais de um ano e 1.098 processos para serem incluídos em pauta, o que se mostra impraticável com quadro de servidores, cujas lotações oficiais são nas Varas e CIA do Fórum de Jundiaí:

a) 1ª VT de Jundiaí:

- dois servidores, sendo um Analista Judiciário Judiciária e um Executante;

b) 2ª VT de Jundiaí:

• três servidores, sendo apenas dois atuando efetivamente no PA. Um, Técnico Judiciário Administrativo, em disponibilidade, e outro Analista Judiciário exercendo a função de Assistente de Juiz. Constata-se, ainda, um servidor executante do Município de Vinhedo que, embora compareça ao PA, atua exclusivamente para a 2ª VT, no Pje.

c) 3ª VT de Jundiaí:

- um servidor Técnico Judiciário – Administrativa;

d) 4ª VT de Jundiaí:

- um servidor executante, que exerce as funções de Secretária de Audiência;

e) CIA de Jundiaí:

- um servidor Assistente- Chefe do PA;

f) dois estagiários cedidos pelo Município.

Efetivamente o Posto Avançado conta com apenas cinco servidores. Excluindo a secretária de audiências e a assistente de juiz, restam apenas o Assistente-chefe e outros 2 servidores para tramitação de todo acervo (5.254).

Assim, no entender da Corregedoria, a Administração do Tribunal deve aprofundar os estudos para extinção ou reformulação do Posto Avançado de Vinhedo para Vara Itinerante. Provisoriamente, a Corregedoria sugere a edição de ato restringindo a competência para as reclamações aforadas por reclamantes que tenham trabalho em Vinhedo e que lá residam.

23 – VISITAS E ATENDIMENTOS:

Comparece a 33ª Subseção da OAB/SP de Jundiaí representada por seu Presidente, Diretor Tesoureiro e Presidente da Comissão de Direito de Trabalho e apresenta ata de reunião realizada pela subseção, com os seguintes pedidos e apontamentos, em síntese:



- guias em nome do advogado e reclamante e não só do reclamante;
- ver se é feita publicação do depósito;
- arquivamento do processo no mesmo dia, o que causa problemas caso seja necessário examinar um dado do processo;
 - menção de todos os dados no despacho de liberação, como por exemplo (CPF, ID, PIS, data de nascimento, CTPS);
 - verificar o procedimento junto às instituições bancárias;
 - tentar unificar procedimento dos peritos sobre o andamento da perícia; tornar o trâmite mais seguro, com confirmação de recebimento do e-mail; perito mandou intimação de perícias nas férias;
 - possibilidade de o Tribunal Regional criar e-mail público para advogado;
 - impossibilidade de fazer cópia do processo (para fins de IR e Previdência) no acervo em Paulínia, em razão dos procedimentos da Varas para desarquivamento;
 - uniformização de prazo para defesa protocolada (sugestão de prazo de 20 ou 30 dias para contestação);
 - morosidade e dificuldades para retirada de guias na 2ª Vara;
 - posto bancário dentro do Fórum;
 - pronta intimação do advogado, em caso de parcelamento da execução, para informar a conta para depósito e/ ou liberação;
 - não adesão do PA de Vinhedo à defesa em protocolo;
 - colocação de caixa de som na parte externa, no hall de elevadores.

24 – OBSERVAÇÕES GERAIS:

24.1 – A MM^a. Juíza Titular Edna Pedroso Romanini reside na jurisdição.

24.2 – A MM^a Juíza Substituta Auxiliar Fixa Renata Mendes Cardoso Castro Pereira está autorizada a residir fora da sede da circunscrição – PROAD PA 2862/2016.

24.3 – Foi informado pela Sra. Diretora de Secretaria que o edital de correição foi afixado no átrio do Fórum e publicado em jornal local e que foram expedidos ofícios às OAB da jurisdição.

24.4 – Sem prejuízo de prazos específicos fixados nesta Ata, determina-se a manifestação da Diretora, pontualmente, sobre todas as determinações e recomendações, demonstrando a análise do inteiro teor da Ata e as medidas concretas eventualmente



adotadas, no prazo de 30 (trinta) dias contados da publicação. Esclarece-se ainda que a manifestação deve ocorrer no PROAD, mediante funcionalidade “Fazer Pedido Complementar” no PP nº 67/2017.

25 – INSTALAÇÕES DAS VARAS E DA CIA

Constatou-se as péssimas condições do prédio onde se encontra instalado o Fórum de Jundiaí, em razão da existência de infiltrações no teto, ausência de pia no espaço destinado a copa, sanitários de servidores e juízes sem condições de uso, além da ausência de vaga para parada rápida, causando dificuldades para a retirada de documentos por parte dos oficiais e entrega de malotes pelos Correios. Desse modo, considerando a informação de que tratativas para locação de outro imóvel já estão em andamento, solidarizo-me com aqueles que aqui trabalham e solicito que seja envidado esforços para viabilizar a mudança para novas instalações com brevidade.

26 – ENCERRAMENTO:

No dia 20 de abril de 2017, às 15 horas, encerraram-se os trabalhos, e eu, Ayrton Rocha, Coordenador de Apoio ao Corregedor Regional, lavrei a presente ata que, depois de lida, vai assinada eletronicamente pelo Excelentíssimo Desembargador Corregedor Regional, publicada no DEJT e disponibilizada na página do Tribunal na internet.